

Procedimento Eletrônico Extrajudicial

Ministério Público do Estado do Tocantins

920109 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2024.0003054

Tratam os autos do procedimento extrajudicial de notícia trazida ao Ministério Público via Ouvidoria-Geral em 21/03/2024, por via anônima, encaminhada a esta Promotoria Eleitoral.

Narra que o vereador ENISSON NUNES, de Tocantinópolis./TO, disse, enquanto filmado, que doara cestas básicas e que continuaria a praticar a conduta.

Afirma que o vereador mente sobre a data do vídeo, que não teria sido gravado em dezembro, mas sim em 13 de janeiro de 2024.

Menciona o link do canal digital YouTube, com duração de 1h24min32seg, sem transcrever a fala (art. 32, II, “a” da Resolução TSE 23.608/2019, por analogia), tampouco mencionar o intervalo da gravação em que ocorre o fato que descreve.

Consigna, lado outro, que o noticiado estava entregando cestas básicas, conforme fotografia da rede social Instagram que juntou aos autos, com menção ao link de acesso.

Entende provar que o fato retratado no vídeo se deu em 17 de fevereiro de 2024, data em que o governador teria vindo ao município segundo o link de um jornal.

Por fim, junta três outros links do aplicativo Instagram do vereador, sendo dois genéricos e um no qual há fala na qual se menciona doação de bens a crianças carentes, mas não quando, tampouco há transcrição.

É o breve relatório.

A notícia de fato merece indeferimento de plano.

Com exceção do vídeo de mais de uma hora, ainda que as outras mídias apresentadas não estivessem em consonância com a forma determinada pela lei e pela resolução, passou-se os olhos em todas, mesmo naquelas genéricas.

É certo que a denúncia anônima é uma forma eficaz de permitir o acesso ao Ministério Público pelo cidadão que não quer se expor.

Todavia, ela demanda ao menos um início hígido de prova para que o órgão ministerial possa promover diligências complementares, confirmando ou afastando os fatos denunciados.

Hipoteticamente pode ter havido uma série de ilícitos, tanto cíveis-eleitorais, quanto criminais eleitorais.

Contudo, o noticiante não contextualizou os fatos. Veja-se: Há irregularidade no vídeo? Em que trecho? Por que a data é a afirmada pelo noticiante (janeiro de 2024) e não aquela que ele atribui ao noticiado (dezembro de 2023)? Qual o motivo de depois o noticiante modificar a data para 17 de fevereiro, juntando um jornal sem explicar o porquê?

Não bastasse isso, há, no anexo, mais três URLs da rede social Instagram. As duas primeiras não se referem a imagem específica. A terceira, por sua vez, traz vídeo não degravado, não contextualizado, não datado.

Reconhece-se que a prova digital, embora parece de fácil acesso, tem difícil comprovação de detalhes na prática. Mas, no caso, além de faltar uma narrativa sobre cada mídia, de forma exaustiva, de faltar a degravação, a identificação do trecho do vídeo que se questiona, faz falta algo de suma importância: o que seria possível fazer para aferir a irregularidade eventual, que é associada a data. Onde obter esses elementos?

Verifica-se um canal do YouTube com data de março (mês que diverge de todos os outros anteriormente mencionados), não há ata notarial ou outra prova ou indicação de meio de obtê-la em relação ao vídeo da última postagem do Instagram, supondo que estivesse a cena degravada.

Ainda, o vereador agiu como vereador em período permitido ou como vereador e pré-candidato em período já proibido?

Não há elementos mínimos para direcionar uma investigação.

Por todo o exposto, o Ministério Público Eleitoral INDEFERE DE PLANO a

presença Notícia de Fato por inépcia formal e improcedência material.

Esclarece-se que o noticiante, seja no prazo recursal, seja em nova denúncia, anônima ou presencial, com garantia de sigilo na sede ministerial, pode reapresentar os fatos de modo a conferir-lhes sequência temporal, contextualização escrita e lógica e indicação de possibilidades de obtenção de provas faltantes para comprovar a caracterização de eventual delito, hipótese em que será atendido com total presteza.

Determino, por fim:

1. A notificação da Ouvidoria-Geral do Ministério Público;
2. Publicação no Diário Oficial;
3. Notificação do noticiado, a fim de que tome conhecimento da denúncia contra ele formulada;
4. Após o prazo de 10 dias, contados da publicação no diário, vista dos autos, em caso de recurso no prazo decenal, ou sua finalização definitiva no sistema.

Tocantinópolis, 21 de março de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

CÉLEM GUIMARAES GUERRA JUNIOR

9ª ZONA ELEITORAL - TOCANTINÓPOLIS

	<p>Assinado por: CÉLEM GUIMARAES GUERRA JUNIOR como (celemjunior)</p> <p>Na data: 21/03/2024 21:52:15</p> <p>SHA-224: c5a9d5e5a4e29147132d8eb08b3a3c32f55c8371012e5536c3118710</p> <p>URL: https://mpto.mp.br/portal/servicos/checar-assinatura/c5a9d5e5a4e29147132d8eb08b3a3c32f55c8371012e5536c3118710</p>
--	--

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.